

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

**TRANSTORNOS MENTAIS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DE UM TABU
CONTEMPORÂNEO¹**
**MENTAL DISORDERS: A PSYCHOANALYTIC ANALYSIS OF A
CONTEMPORARY TABOO**

**Patrícia Feiten Pinto², Mara Carine Cardoso Lima³, Vânia Lisa Fischer
Cossetin⁴**

¹ Artigo desenvolvido no Mestrado em Educação nas Ciências- UNIJUI

² Psicóloga formada pela URI. Mestranda em Educação nas Ciências Unijuí. Bolsista CAPES

³ Psicóloga formada pela Unijuí. Mestranda em Educação nas Ciências Unijuí. Bolsista Unijuí

⁴ Doutora em Filosofia, professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da Unijuí

RESUMO

Este escrito parte de uma análise psicanalítica dos transtornos mentais, os quais, em geral, são considerados tabus. A ideia é a de que não necessariamente vivemos numa época esclarecida, como almejou o iluminismo moderno, no qual nossos pensamentos pautar-se-iam nos conhecimentos científicos ao invés de recorrer a crenças. Porém, inúmeros fatores indicam que muitas vezes ainda nos movemos a partir convicções subjetivas as quais nos impossibilitam de justifica-las, por falta de argumentos consistentes que os sustentam, permanecendo, assim, como tabus, ou seja, questões acerca das quais não refletimos mais; por meio das quais não obtemos respostas. Em vista disso, o objetivo desse texto é analisar o conceito freudiano de tabu e como esse viés pode ajudar a compreender o modo como as pessoas, em geral, tendem a se comportar diante de casos de transtornos mentais. Essa temática emerge da dificuldade que advém da tentativa de enquadramento, com base em uma dicotomia entre o normal e o patológico, da complexidade que caracteriza a sociedade dada a composição multivariada de subjetividades que a compõe.

Palavras-chave: Psicanálise. Tabu. Transtorno Mental.

ABSTRACT

This writing is part of a psychoanalytic analysis of mental disorders, which are generally considered taboos. The idea is that we do not necessarily live in an enlightened age, as the modern Enlightenment longed for, in which our thoughts would be based on scientific knowledge rather than on beliefs. Nevertheless, countless factors indicate that we often still move from subjective beliefs which make it impossible for us to justify them, for lack of consistent arguments that support them, thus remaining as taboos, in other words, questions about which we no longer

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

reflect; through which we get no answers. In view of this, the purpose of this text is to analyze the Freudian concept of taboo and how this bias can help to understand the way people in general tend to behave in cases of mental disorders. This theme emerges from the difficulty that comes from trying to frame, based on a dichotomy between normal and pathological, from the complexity that characterizes society given the multivariate composition of subjectivities that compose it.

Keywords: Psychoanalysis. Taboo. Mental Disorder.

INTRODUÇÃO

Os humanos vislumbraram-se pela primeira vez como potência constituinte do mundo a partir do momento em que começam a refletir sobre as coisas, indo além de uma posição passiva e meramente reprodutora do mundo. A variedade das formulações teóricas e dos discursos vem demonstrando que estamos diante de saberes e de possibilidades que não se findam com o tempo.

É justamente por isso que, mesmo após décadas, os escritos de Freud permanecem contemporâneos, permitindo-nos ampliar as ideias por ele desenvolvidas, lançando-as no debate com outras áreas, inclusive com a população em geral. Com isso, temos a possibilidade de qualificar os entendimentos sobre temáticas atuais a exemplo dos transtornos mentais, os quais vão muito além do campo da psicologia. Não se pode considerar os transtornos mentais como algo apenas a ser tratado, nem como algo incompreensível, o que faria dele um tabu. É nessa segunda perspectiva que a análise sobre este tema será aqui desenvolvido.

Do ponto de vista da sua gênese, os tabus surgiram para que os primitivos não precisassem forjar em si mesmo um posicionamento ético, pois o próprio tabu ofertava as instruções a serem seguidas. (FREUD, 2013 [1856-1939]). Trata-se de uma época em que ainda não havia a possibilidade de um vir a ser para além dessas instruções. Por isso podemos inferir que, contemporaneamente, ainda existem fatores considerados tabus. É o caso dos transtornos mentais, os quais são muitas vezes concebidos como algo sobre o que não se quer pensar, nem compreender, apenas enquadrar como algo estranho a fim de manter o distanciamento.

A relevância da temática encontra-se justamente no fato de que se trata de um assunto que precisa ganhar visibilidade, ampliando os espaços de debate a fim de que sejam enfrentados medos e preconceitos. É indispensável um olhar em saúde mental para além da perspectiva da patologia em si, fomentando debates voltados para a promoção da saúde e a inserção desses sujeitos nos mais diferentes contextos sociais.

Além disso, acredita-se que a sociedade contemporânea é uma época esclarecida e apenas pautada nos conhecimentos científicos, sem vinculação com as crenças primitivas. Porém, essa percepção é mera utopia; diversos elementos apontam que somos mais parecidos com os povos primitivos do que poderíamos imaginar. Sustentamos muitas crenças que encontram correspondência na realidade e, ainda que produzem impactos importantes nela.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Como não possuímos domínio absoluto sobre si nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo, sempre haverá questões que permanecerão em aberto, condição para que sejam convertidas em tabus. E isso, é de fato, um dos ganhos advindos com a sociedade moderna e com a descoberta da psicanálise por Freud. Com ele, percebemos os resquícios subjetivos em cada movimento diante do mundo, marcado pela impossibilidade de se compreender por completo.

Assim, em meio aos avanços científicos e tecnológicos - o que nos permite maior acesso ao conhecimento - existem assuntos que se apresentam como sendo de difícil enfrentamento. Exemplo típico são os transtornos mentais. A grande dificuldade acerca deles deve-se a uma sociedade que insiste em enquadrar toda a diversidade humana numa dinâmica linear cujos critérios-base são o normal e o patológico?

Diante disso, o que buscamos problematizar, aqui, é o próprio conceito freudiano de tabu a fim de que, a partir dele, possamos compreender a marginalidade assumida pelos transtornos mentais em pleno século 21 e que têm impedido de entendermos com profundidade o próprio processo de subjetivação e de individuação humana. Portanto, o objetivo desse texto é analisar o conceito freudiano de tabu e como esse viés pode ajudar a compreender o modo como as pessoas tendem a se comportar diante de casos de transtornos mentais. Essa temática emerge a partir da dificuldade que advém da tentativa de enquadrar, com base em uma dicotomia entre o normal e o patológico, a complexidade que caracteriza a sociedade pela composição multivariada de subjetividades que a compõe.

METODOLOGIA

O presente escrito foi desenvolvido a partir das leituras realizadas no mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUI. Esse estudo de caráter bibliográfico, de natureza qualitativa, com aporte crítico-hermenêutico. Tal orientação metodológica considera os aspectos subjetivos implicados na relação entre sujeito pesquisador e objeto analisado, bem como a impossibilidade de sua mensuração numérica. O intuito principal, nesse aspecto, é compreender o fenômeno pela interpretação dos sentidos produzidos pelos discursos que os constituem. Em vista disso não têm a pretensão de se colocar como verdade absoluta e inquestionável, mas como mais uma interpretação possível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Freud (2013 [1856-1939]) compreende que, quando se analisa os tabus sob a ótica da psicanálise, um elemento a ser constatado é que estes fenômenos não são desconhecidos, pois os sujeitos criam para si mesmos e para o âmbito coletivo proibições que são tão rigorosas quanto às dos povos primitivos.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Assim, para algo ser considerado um tabu, independentemente do período histórico e cultural, é preciso reconhecer a existência de certa rigidez imposta pelos costumes e suas punições, cujos fundamentos encontram um apoio frágil, pela ausência de reflexão. Em geral, justificam-se os tabus com frases do tipo “sempre foi assim” ou “é um desejo ou providência de Deus”. Quer dizer, por desconhecer as razões pelas quais pensa, crê ou faz certas coisas, lhe parece conveniente simplesmente seguir as regras ou o caminho em direção ao qual todos seguem. Os sentidos dos tabus não estão claros. Contudo, quando eles vêm à tona e já não significam uma resposta automática à determinada demanda, deixa de ser tabu, pois o pensar e o tencionar sobre ele, permite que sejam criadas novos entendimentos a seu respeito.

Para fundamentar tal ideia, Freud (2013 [1856-1939]) defendeu que as civilizações primitivas estão sujeitas a inúmeras proibições sem terem a mínima ideia do por que isso ocorre. Tais sujeitos se submetem a essas proibições de forma automática e natural, sem questioná-los, já que acreditam que se violarem-nas, serão punidos. As proibições - o código - têm a função de libertar os sujeitos a fim de que elaborem suas próprias respostas - neuróticas - aos conflitos. O neurótico, nesse sentido, de acordo com Caligaris (1989), é o sujeito que se encontra referenciado a partir de um saber e que habita um mundo orientado, organizado ao redor de um pólo central, a partir da lei paterna e com a renúncia ao excesso de gozo.

Os tabus, portanto, estão presentes na sociedade desde as civilizações mais remotas, sob a forma de desejo. E só adquirem esse caráter pelo fato de que os sujeitos desejam inconscientemente violar essa proibição. Visto que a “a lei apenas proíbe os homens de fazer aquilo a que seus instintos os inclinam; o que a própria natureza proíbe e pune, seria supérfluo para a lei proibir e punir” (FREUD, 2013 [1856-1939]). Freud prossegue:

O tabu é uma proibição antiquíssima, imposta do exterior (por uma autoridade) e voltada contra os mais fortes desejos do ser humano. A vontade de transgredi-lo continua a existir no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma postura ambivalente quanto ao alvo do tabu. A força mágica a ele atribuída remonta à capacidade de induzir em tentação; ela age como um contágio, porque o exemplo é contagioso, e porque o desejo proibido desloca-se para outra coisa no inconsciente. Expiar a violação do tabu como uma renúncia mostra que na base da obediência ao tabu se acha uma renúncia (FREUD, 2013, [1856-1939] p.30).

E o que tem a ver o tabu com os transtornos mentais? Que aproximações são possíveis tecer? A questão que está em jogo é que “o adoecimento mental existe, mas ele só recebe o nome de loucura quando inserido em uma cultura que o classifique como tal” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p.166). Ou seja, os transtornos mentais são classificados com base em determinada cultura e época histórica, podem não serem assim considerados em outro período ou contexto.

Implica dizer, com isso, que o sofrimento psíquico não se trata de em uma visão estanque, mas é

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

algo sempre provisório, que ocorre regularmente. Pelo fato de não haver um saber inflexível concebido a priori e sem possibilidade de mudança, é indispensável pensarmos em diversas alternativas e vieses para nos aproximarmos desse campo. O sujeito é alguém de voz e vez, capaz de dizer sobre si mesmo. A aposta no outro e em sua subjetividade implica em uma escuta que legitima o dizer do sujeito em sofrimento psíquico, de forma a permitir que ele expresse quem ele é (SOUSA, 2010).

Braga e Fonseca (2018) discutem que é indispensável compreender a história e as peculiaridades de quem sofre de algum transtorno mental, pois cada sujeito tem uma maneira diferenciada de interpretar o mundo e agir nele. Os seres humanos são plurais e únicos, de modo que as pessoas não podem ser julgadas ou enquadradas como portadoras de comportamentos patológicos sem que sua história seja conhecida e entendida.

Como o ser humano está sempre em transformação, rotulá-lo seria incoerente com a própria condição humana:

Assim como na concepção psicanalítica, que considera a subjetividade e a capacidade do sujeito de dizer sobre si mesmo e orientar seu tratamento, a noção de sofrimento psíquico grave busca ir além do sintoma, superando assim classificações nosográficas e sintomatológicas, resgatando a condição inerente de qualquer sofrimento humano. Nesse sentido, tanto na psicanálise como na noção de sofrimento psíquico grave, a clínica da singularidade se estabelece em contraposição a concepções apriorísticas que oferecem respostas generalizantes a questões individuais, tais como a psiquiatria biológica, a farmacologia e as neurociências (SOUSA, 2010, p.74).

Contudo, em alguns contextos, infelizmente ainda circulam algumas ideias fechadas relacionadas aos sujeitos que escapam, de alguma forma, da normalidade esperada. Mesmo que o movimento para desconstruir isso já tenha iniciado, no Brasil, fundamentalmente com a reforma psiquiátrica, ainda existem posições que defendem o isolamento destes sujeitos do social.

Melo (2012) aponta que o movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira teve o intuito não apenas a desinstitucionalizar a loucura por meio da extinção de locais como os manicômios, mas também defender os direitos das pessoas em sofrimento psíquico e orientar em direção a uma ampla mudança para a assistência a essa população. As estratégias voltadas para isso são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Residências Terapêuticas (RS), os Centros de Convivência entre outras iniciativas, bem como projetos de caráter cultural com vistas à construção de um novo imaginário social em torno da loucura. Com isso, para além de produzir novas perspectivas para os sujeitos em sofrimento psíquico, fornecendo um ambiente mais acolhedor e focado na saúde, a Reforma Psiquiátrica objetivou contribuir para a desconstrução da ideia do "sujeito louco" que precisa ser isolado da convivência social, devolvendo-lhe o direito e a possibilidade de desenvolver sua subjetividade e cidadania.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Isso explica porque a questão do transtorno mental está diretamente vinculada ao tabu e a restrições de determinadas épocas. O transtorno mental não seria percebido como algo fora do habitual se não existisse algo ali que incitasse algum desejo inconsciente dos sujeitos vistos como normais (conceito que também é relativo e depende do período histórico e do momento social em que se vive). Ou seja, o tabu está relacionado com os transtornos mentais visto que o “louco” é aquele que pode romper e transgredir todas as normas. O contato com esse sujeito poderia despertar impulsos inerentes aos humanos e que precisam ser contidos. Colocar-se na posição de “louco” seria uma alternativa de o sujeito dito “normal” justificar a sua transgressão.

Em vista disso, é que esse tabu, de acordo com Araújo e Andrade (2012, p. 58) deve “permanecer à distância daqueles que não compartilham dele. [...] Esse desejo de manter distante e isolado algo (ou alguém) que, de alguma forma, encarna uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade”. Significa que esse desejo do qual é preciso manter distância está ali, caso contrário não seria igualmente desejável escondê-lo (em manicômios, por exemplo).

Assim, “a proibição deve sua força [...] justamente à relação com sua contrapartida inconsciente, o desejo oculto e não amortecido, ou seja, uma necessidade interna, inacessível à compreensão do consciente” (FREUD, 2013, [1856-1939] p.25). A proibição de algum ato ou o distanciamento de algo que remete a isso só faz sentido se existe desejo. Dessa forma,

O transtorno mental coloca todos nós diante da possibilidade de consciência do arsenal destrutivo que se esconde nas profundezas do inconsciente, e encará-lo de perto parece acender a lembrança de que a doença é a expressão de algo que também faz parte de cada um de nós. Manter o portador de doença mental afastado e estigmatizado é uma tentativa de anular a possibilidade de os conteúdos inconscientes, eternamente em ebulição, romperem as trancas superegoicas e se expressarem aberta e descontroladamente, pondo em risco os ditames da ordem e da evolução civilizada (ARAÚJO, ANDRADE, 2012, p. 60).

Os sujeitos diagnosticados com psicose não se sentem obrigados a passar pelo crivo das normas, logo, sentem-se encorajados a se expressarem e agirem como bem entenderem, pois não há um polo central de organização, que representa a interdição e a lei. Como resultado disso, os sujeitos com estruturas neuróticas ditas “normais” tentam anular seus desejos inconscientes -tendo em vista que é doloroso arcar conscientemente com eles e ainda, jamais será possível se responsabilizar moralmente por todos eles- impedindo-os de serem liberados, exatamente como aqueles enquadrados com algum transtorno mental. E a forma de fazerem isso é classificar como loucos os sujeitos que podem agir sem as trancas superegoicas.

Neste tocante, Freud (2013, [1856-1939] p.27) destaca que:

O desejo original de fazer o proibido continua a existir nos povos em que há o tabu. Eles têm, em relação a tais proibições, uma atitude

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

ambivalente; nada gostariam mais de fazer, em seu inconsciente, do que infringi-las, mas também tem receio disso. [...] O desejo é inconsciente em cada indivíduo desse povo, tal como no neurótico. O indivíduo que violou o tabu torna-se ele mesmo o tabu, porque tem o perigoso atributo de tentar outros a seguir seu exemplo. [...] Ele é, portanto realmente contagioso, na medida em que todo exemplo convida à imitação, e por isso deve ser evitado (FREUD, 2013, [1856-1939] p.27).

Logo, quem se enquadra nos parâmetros sociais percebidos como transtorno mental, se torna ele mesmo o tabu. Socialmente, os sujeitos que se consideram normais, buscam de alguma forma manter certa distância. Esse distanciamento pode ser facilmente percebido quando são deixados o máximo possível internados em alas psiquiátricas, com raros laços de amizade e quase nenhuma possibilidade de emprego e renda, portanto, de autonomia.

A partir do discurso psicanalítico podemos entender que este campo de estudo é atual e precisa ser problematizado. Discurso este que não pretende produzir verdades sobre o ser, mas questionar a subjetividade e as teorias que orientam a vida comum (KEHL, 2002). Além disso, “Se hoje, enfim, a psicanálise continua a ser uma peste não é mais porque ponha a descoberta da sexualidade inconsciente. É porque ela intima a pensar” (FIGUEIREDO, 2017, p.35).

A psicanálise, nesse sentido, é justamente uma perspectiva investigativa que se debruça sobre o individual e sobre o social que o constitui. Os movimentos que ocorrem em nível social, para que seja possível ampliar os horizontes relacionados com os transtornos mentais não como algo fechado e inquestionável – como um tabu-, mas como algo que pode ser repensado a cada encontro com esses sujeitos e mais, mesmo que esses possam vir a apresentar alguma limitação em determinado campo, eles podem ser muito ativos para outras áreas. Isso justamente vai permitir questionar essas amarras absolutistas enquadradas como tabu.

Para além disso, Melo (2012) destaca que nos últimos trinta anos, o campo da saúde mental adquiriu diversos ganhos a partir de mais direitos concedidos aos sujeitos em sofrimento psíquico e também de uma maior divulgação de ações e estratégias em saúde. Contudo, ainda se tem muito a fazer, já que os investimentos precisam ser mais incisivos e a própria divulgação desse trabalho necessita ser ampliado. Sem contar que a política de saúde mental em nosso país ainda não está consolidada no cenário social e sofre carências de recursos políticos para o seu fortalecimento tanto em termos de investimento quanto de reconhecimento.

Por isso, é importante que a educação se insira nesse movimento:

O homem se pode definir como ser que aprende. Não surge ele feito ou pré-programado de vez. Sua existência não é por inteiro dada ou fixa; ele a constrói a partir de imensa gama de possibilidades em aberto. Nasce no seio de uma cultura viva, que só é tal à medida que assumida como desafio de permanente reconstrução pela atribuição dos sentidos que

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

imprime a seu convívio em sociedade e na estruturação da personalidade (MARQUES, 2000, p.15).

É nesse ambiente que é possível ir desconstruindo a ideia segunda a qual a pessoa com transtorno é tão-somente uma pessoa com transtorno, doente. A ideia é apostar numa educação que ajude os sujeitos a não se deixarem rotular e a não rotularem, ou seja, a superarem suas histórias e a produzirem narrativas e construções pessoais que vão além disso.

A escola, frente a essa situação, precisa também contribuir para o movimento não estigmatório das diferenças, estabelecendo um novo lugar escolar implicado na diversidade e que a segregação de alunos e o distanciamento mútuo entre família e escola possam ser ao menos diminuído (SANCHES, DE OLIVEIRA, 2011). De algum lugar essa compreensão precisa partir e a escola, como instância formativa, pode vir a contribuir para esse percurso.

As relações devem favorecer a emancipação e a subjetivação dos sujeitos envolvidos, superando rótulos e história de fracasso, no sentido de que, estes podem vir a agir de maneira diferente (MEIRA, 2009). Os tabus relacionados com os transtornos mentais ainda estão presentes na sociedade contemporânea, mas, ao fomentar preceitos voltados as diferenças na educação e ainda, considerar que todos possuem a sua singularidade e a sua importância, aos poucos se espera ir desconstruindo um ideal de que os sujeitos com algum transtorno mental são menos capazes que alguém que opera com uma lógica neurótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tabu adquire um caráter de tabu pelo fato de que os sujeitos com transtornos mentais graves não possuem as mesmas repressões das estruturas neuróticas ditas normais. Em vista disso acabam transgredindo muitas regras e dando vazão livre a desejos que o neurótico se esforça em controlar, mas que em parte acaba satisfazendo por meio dos próprios sujeitos com transtorno mental.

Acreditamos que isso tem permanecido assim porque é mais simples apenas classificar e enquadrar alguém em determinado diagnóstico do que esforçar-se para entender o que a pessoa está dizendo sobre si a partir dessa sua condição e, ainda, o que é possível aprender com elas.

Os tabus, portanto, ainda estão presentes e pensamos ser possível minimizar a sua força justamente pelo enfrentamento das questões que ele põe e que não queremos enfrentar por razões inúmeras, mas que assim permanecerão, como tabus, caso não o façamos.

REFERÊNCIAS

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

ARAÚJO, Ricardo Henrique; ANDRADE, Joice Cavalcante. O tabu dos povos primitivos e o estigma das sociedades atuais: as duas faces de um mesmo fenômeno psicanalítico e sociológico. **Cógitto**, v. 13, p. 58-62, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-94792012000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

BRAGA, Felipe Sette Martino; FONSECA, Gabriela Lemos. Reflexões sobre psicanálise, saúde mental e instituições: considerações acerca das dimensões do patológico e do sofrimento. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 538-546, 2018. Disponível em: . Acesso em: 06 de julho de 2019

CALLIGARIS, Contardo. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A Psicanálise e o sofrimento psíquico na atualidade**: uma contribuição a partir de Melanie Klein e D. Winnicott. **Cadernos de Psicanálise - SPCRJ**, v. 33, n. 1, p. 25-36, 2017. Disponível em: <https://spcrj.org.br/ojs/index.php/cad_psi_spcrj/article/view/17/21>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. Tradução: Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, [1856-1939], 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARQUES, Mario Osorio. **Aprendizagem na Mediação Social do Aprendido e da Docência**. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2000.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Saúde mental e educação: o psicólogo como mediador no desenvolvimento de práticas educativas transformadoras. **XV Encontro nacional da ABRAPSO**. 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/4.%20sa%DAde%20mental%20e%20educa%C7%C3o%20o%20psic%D3logo%20como%20mediador%20no%20desenvolvimento%20de%20pr%C1ticas%20educativas%20transformadoras.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

MELO, Anastácia Mariana da Costa. Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 4, n. 9, p. 84-95, 2012. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental** ISSN 1984-2147, Florianópolis, v. 8, n. 9, p. 84-95, 2012. Disponível em: . Acesso em: 07 de julho de 2019.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

MENDONÇA, Roberto Lopes; RODRIGUES, Carlos Eduardo. Foucault com Freud: cultura, adoecimento, internação/Foucault. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 3, n. 6, p. 151-170, 2012.

SANCHES, Antonio Carlos Gonsales; DE OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira. Educação inclusiva e alunos com transtorno mental: um desafio interdisciplinar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 411-418, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/04.pdf>>. Acesso em: 06 de julho de 2019.

SOUSA, Paula Stein de Melo. **A inserção da psicanálise na saúde mental da reforma psiquiátrica brasileira:** Possibilidades e desafios. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília. 2010. Disponível em: . Acesso em: 6 de julho de 2019.